

Serviços privados não financeiros lideram crescimento do PIB no primeiro trimestre

Crescimento fraco no primeiro trimestre

A divulgação dos dados preliminares do PIB do primeiro trimestre de 2012 surpreendeu negativamente, indicando um crescimento bem abaixo do esperado para o início do ano. Segundo o IBGE, o PIB do primeiro trimestre atingiu R\$ 876,3 bilhões, um valor 7,2% superior ao registrado no primeiro trimestre do ano anterior. Essa taxa indica um crescimento de apenas 1,3% em termos reais, ou seja, quando se considera a evolução dos preços ao consumidor (IPCA), que foi de 5,8% entre o primeiro trimestre deste ano e o primeiro do ano anterior. Quando se considera o deflator implícito do PIB – que também é um índice de preços, composto pela variação média dos preços de todos os bens e serviços da economia – o crescimento real da economia foi ainda menor: 0,8%.

Esse resultado reflete diretamente o desempenho ruim da indústria de transformação. No primeiro trimestre de 2012, o PIB da indústria de transformação alcançou R\$ 115,2 bilhões, valor 6,3% inferior ao de igual período de 2011. Segundo o IBGE, esse valor resulta da queda de 2,6% da produção física da indústria (índice de volume) e da diminuição de 3,8% dos preços industriais. O desempenho ruim da indústria de transformação está associado, em boa medida, ao crescimento das importações, que tem sido regularmente superior à expansão do consumo e da produção nacional. Em termos nominais, enquanto o consumo das famílias cresceu 9,5% no ano e o do governo, 13,1%, e a produção, 7,4%, e as importações registraram expansão de 17,7%.

PIB por setor de atividade

Setores de atividade	Índice de volume	Valores correntes	Valores constantes*
Agropecuária	-8,5%	-3,4%	-8,7%
Extrativa Mineral	2,2%	19,8%	13,3%
Indústria de Transformação	-2,6%	-6,3%	-11,4%
Construção civil	3,3%	11,4%	5,3%
Comércio	1,6%	4,6%	-1,1%
Serviços privados não financeiros	2,1%	11,9%	5,8%
PIB a custo de fatores	0,6%	7,2%	1,3%

Fonte: IBGE. (*) Valores correntes deflacionados pela variação do IPCA.

Demanda agregada

Componentes	Índice de volume	Valores correntes	Valores constantes*
Consumo	2,5%	9,5%	3,5%
Gastos do governo	3,4%	13,1%	6,9%
Investimento	-2,1%	2,9%	-2,7%
Exportação	6,6%	14,3%	8,1%
Importação	6,3%	17,7%	11,3%
PIB a preços de mercado	0,8%	7,4%	1,6%

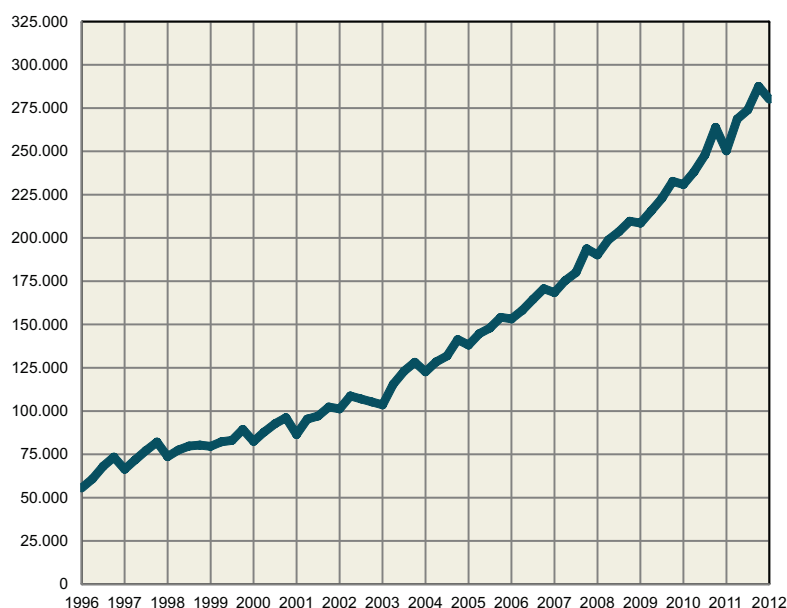
Fonte: IBGE. (*) Valores correntes deflacionados pela variação do IPCA.

Serviços privados não financeiros

Segmentos	Índice de volume	Valores correntes	Valores constantes*
Transporte, armazenagem e correio	1,2%	12,7%	6,5%
Serviços de informação	4,1%	2,4%	-3,1%
Outros Serv.	0,5%	14,6%	8,4%
Serviços imobiliários e aluguel	1,2%	10,2%	4,2%
Total	2,1%	11,9%	5,8%

Fonte: IBGE. (*) Valores correntes deflacionados pela variação do IPCA.

Evolução trimestral do PIB dos serviços privados não financeiros, em R\$ milhões



Fonte: IBGE

O resto da economia observou crescimento de 9,6% em termos nominais, o que equivale a uma expansão de 3,6% acima da variação do IPCA, uma taxa de crescimento razoável. Vale destacar o bom crescimento do PIB da construção civil, de 5,3% acima da inflação (IPCA), e o desempenho do setor de serviços privados não financeiros, que cresceu 5,8% acima da inflação.

Entre os segmentos, os serviços prestados às empresas e às famílias, que representam 27% dos serviços privados não financeiros, lideraram o crescimento, com expansão de 8,4% acima da inflação no primeiro trimestre do ano. Os serviços e transporte e armazenagem, cuja participação foi de 15% do PIB dos serviços privados não financeiros, cresceu 6,5% em termos reais.

Segundo o IBGE, o segmento de serviços de informação – que inclui empresas de telecomunicações, tecnologia de informação, agências de notícias, serviços audiovisuais e edição e impressão – teve expansão do PIB de apenas 2,4% entre o primeiro trimestre de 2011 e o primeiro deste ano. Essa variação seria resultado de um crescimento de 4,1%

do nível de atividades (índice de volume) e da redução de 1,6% dos preços do setor.

É importante observar, contudo, que a tendência indicada pelas Contas Nacionais do IBGE parece estar desconectada com o que está ocorrendo no mercado de trabalho dos serviços de informação. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de postos de trabalho do segmento passou de 762 mil no primeiro trimestre de 2011 para 806 mil no primeiro trimestre deste ano, indicando crescimento de 5,9%. Os dados da previdência mostram que a arrecadação do INSS com as empresas do setor saltou de R\$ 1,734 bilhões no primeiro trimestre de 2011 para R\$ 2,246 bilhões entre janeiro e março de 2012, apontando para um crescimento do INSS de quase 30%.

Redução de juros chega à TJLP

Para ampliar a taxa de crescimento, o governo vem adotando medidas fiscais e monetárias expansionistas. Após a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores da economia brasileira, a redução do IPI para automóveis e a prorrogação da redução de IPI para eletrodomésticos, todas medidas de caráter fiscal, o governo anunciou o aumento de despesas governamentais na aquisição de bens de capital (caminhões, ônibus, carteiras escolares entre outros) e a redução da CIDE.

Na área monetária, após a redução da Selic, a mudança da regra de remuneração das cadernetas de poupança e outros esforços para reduzir o custo do crédito, o governo ajustou em 0,5 ponto percentual a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou de 6,0% ao ano para 5,5% ao ano. A medida reduz entre 4,8% e 6,9% o custo de financiamento de longo prazo das empresas com dívida no BNDES. Com a medida, as empresas passarão a pagar entre 6,8% a.a. e 10%

a.a. de juros nominais, algo entre 2% a.a. e 5% a.a. em termos reais.

Essa redução irá beneficiar quase todas as empresas em carteira no BNDES, ou seja, todos os empréstimos em curso no BNDES terão os juros reduzidos a partir de julho, com efeito direto e imediato no caixa da empresa. Portanto, além de estimular novos investimentos, a redução da TJLP reduzirá as necessidades de financiamento de todo setor privado nacional.

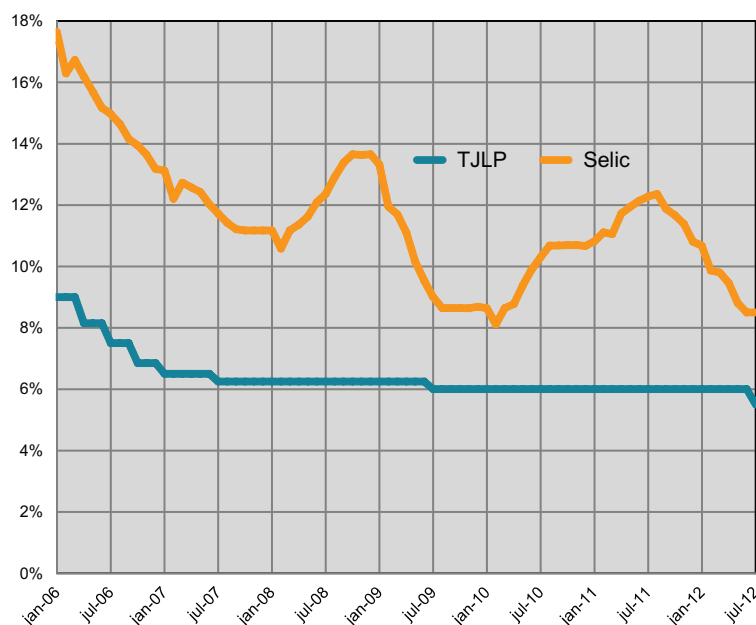
Consumo acompanha expansão da renda das famílias

Segundo dados do IBGE, o volume de vendas no comércio varejista brasileiro nos primeiros quatro meses de 2012 foi 9,2% superior ao de igual período do ano anterior. Os segmentos do comércio que observaram expansões mais acentuadas nas vendas foram: hipermercado e supermercados (9,8%); móveis e eletrodomésticos (14,9%); artigos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos (10,4%); e equipamentos de escritório, informática e comunicação (31,5%). O segmento de artigos de uso pessoal e doméstico, onde estão classificadas as panelas e utensílios de alumínio, teve um crescimento mais modesto do volume de vendas, mas ainda positivo (7,6%).

A receita do comércio cresceu de forma expressiva, acompanhando a expansão da renda das famílias, que foi de 25,2% em termos nominais entre os quatro primeiros meses deste ano e igual período do ano anterior. A receita dos hipermercados e supermercados cresceu 15,4%, a das farmácias e perfumarias, 13,6% e a das lojas de móveis e eletrodomésticos 11,2%. O faturamento do comércio de equipamentos eletrônicos cresceu 18,5% na comparação.

O crescimento substantivo das vendas é explicado por dois condicionantes: o aumen-

Taxa de juros de curto e longo prazos, (%) ao ano



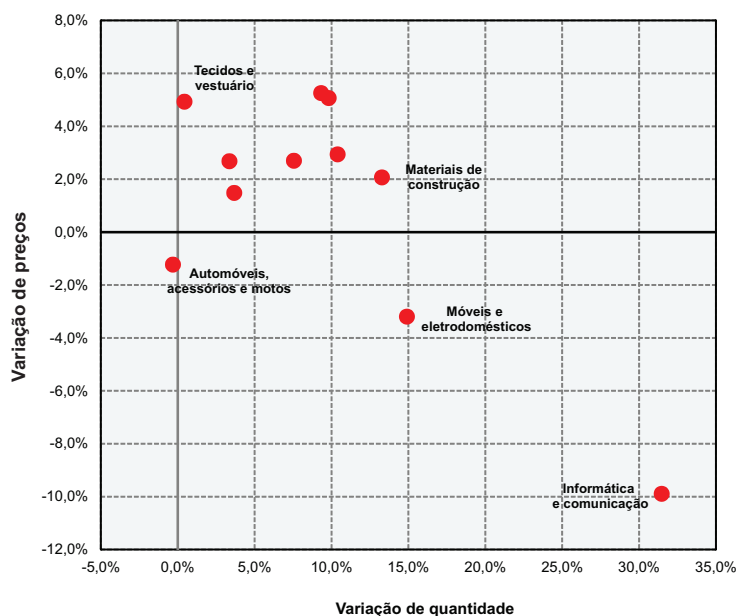
Fonte: Banco Central do Brasil

to da renda das famílias e a evolução dos preços. A renda das famílias continuou crescendo, acumulando elevação nominal de 17,5% nos primeiros quatro meses de 2012. Essa expansão equivale a um aumento real, considerando o IPCA, de 11,3% da massa de rendimentos das famílias brasileiras. A evolução de preços também favoreceu o crescimento das vendas. Os segmentos de mercadorias que observaram redução de preços no varejo – móveis, eletrodomésticos, equipamentos de informática e comunicação – ou mesmo aqueles com crescimento de preços abaixo da inflação – artigos de farmácia e perfumaria, por exemplo –, apresentaram aumento expressivo de quantidades consumidas.

Inadimplência preocupa

O crédito para pessoas físicas cresceu de forma expressiva nos últimos anos, mas de 2010 para cá o ritmo de expansão tem ficado abaixo do aumento da renda. As famílias brasileiras tinham saldo de R\$ 304,2 bilhões de créditos para a pessoa física em dezembro de 2010. Nessa categoria estão as

Evolução de preços e quantidades consumidas no comércio varejista*



Fonte: IBGE. *Média de janeiro a abril de 2012 contra igual período do ano anterior.

despesas em aberto nos cartões de crédito, os limites utilizados de crédito nos bancos e as dívidas em financeiras (incluindo a aquisição de automóveis, eletrodomésticos, móveis, pacotes turísticos etc.). Em maio deste ano, o saldo das dívidas nesta categoria alcançou R\$ 351,1 bilhões, apontado crescimento de 15,4% em 17 meses.

Contudo, vale mencionar que esse crescimento ficou abaixo da expansão do crédito total para o setor privado nacional, que foi de 18,1% no período. Também ficou aquém do ritmo de ampliação da massa de salários, estimado em 23,3% entre dezembro de 2010 e maio de 2012. Com isso, a razão entre a dívida e a renda anual das famílias brasileiras caiu de 18,9% para 17,7%. Atualmente são necessários 2 meses e 4 dias de renda para saldar todas as dívidas de pessoa física, exceto moradia, adquiridas no passado.

Não obstante tenha havido uma queda relativa de endividamento, cresceu de forma acentuada

a inadimplência das famílias entre dezembro de 2010 e maio deste ano, tanto em termos absolutos como relativos. Segundo informações do Banco Central do Brasil, do total de créditos ao setor público e privado nacionais, inclusive títulos da dívida, 3,8% estavam em situação de inadimplência (R\$ 81,7 bilhões de R\$ 2,136 trilhões). Esse percentual era de 3,2% ao final de 2010 – inadimplência de R\$ 54,3 bilhões para um volume total de crédito de R\$ 1,706 trilhões. Isso indica um crescimento de 35,9% ao ano dos valores em inadimplência para uma expansão de 18,4% ao ano do crédito total. Um dos setores que teve maior aumento da inadimplência foi o de crédito para aquisição de veículos, que saltou de 3,8% para 6,1% dos contratos entre maio de 2011 e maio deste ano.

A consequência do aumento da inadimplência foi o crescimento das provisões dos bancos para cobertura de riscos. Entre dezembro de 2010 e maio de 2012, as provisões passaram de R\$ 94,7 bilhões para R\$ 121,9 bilhões, indicando crescimento de 28,8% em 17 meses. Esse aumento também foi necessário em razão do aumento geral do risco. A participação dos créditos com risco acima do normal no total saltou de 7,3% em dezembro de 2010 para 7,9% em maio de 2012.

No que diz respeito ao Sistema Financeiro da Habitação, cujos recursos para financiamento também cresceram muito nos últimos anos, a inadimplência apresenta trajetória contrária. Em abril de 2011, a participação dos contratos com mais de três prestações em atraso era de 6,6% e a de contratos com uma a três prestações em atraso, de 17,4%; os contratos em dia respondiam por 76% do total. Em abril deste ano, a inadimplência por mais de três mensalidades caiu para 4,8% e a participação de contratos com uma a três mensalidades em atraso reduziu-se para 11%, implicando a elevação dos contratos em dia para 84,2% do total.